



**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG**  
**COMPANHIA ABERTA**  
**NIRE 31.300.036.375**  
**CNPJ Nº 17.281.106/0001-03**  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

**1. Data, Hora e Local:** realizada no dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na rua Mar de Espanha, 525, Santo Antônio, CEP 30.330-900, na cidade de Belo Horizonte/MG. **2. Presença:** presentes acionistas representantes de 74,42% (setenta e quatro vírgula quarenta e dois por cento) do capital social com direito a voto na Assembleia Geral Ordinária - AGO e 74,17% (setenta e quatro vírgula dezessete por cento) do capital social com direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária - AGE, conforme se verifica: (i) pelas assinaturas no “Livro de Presença de Acionistas” daqueles que compareceram fisicamente; (ii) pelo Mapa Sintético Consolidado de Voto à Distância, divulgado em 26 de abril de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022; e (iii) pelos registros de participação por meio digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022. Presentes ainda, Kátia Roque da Silva, Chefe da Secretaria Executiva de Governança e o Presidente do Conselho de Administração, Hamilton Amadeo. Registra-se a presença, por meio digital, do Conselheiro Fiscal Sérgio Tuffy Sayeg e dos representantes da KPMG Auditores Independentes, Anderson Luiz de Menezes e Celso Junio Guimarães Vieira. **3. Convocação:** o Edital de Convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/1976, no Diário Oficial de Minas Gerais nas seguintes edições: 28 de março de 2023, página 23; 29 de março de 2023, página 28; e 30 de março de 2023, página 38; e no Jornal O Tempo nas seguintes edições: 28 de março de 2023, página 22; 29 de março de 2023, página 16; e 30 de março de 2023, página 14. **4. Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o Presidente do Conselho de Administração, Hamilton Amadeo, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-lo. **5. Ordem do Dia:** **5.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovação do Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da COPASA MG e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício encerrado em 31/12/2022, com a retenção de parte do lucro líquido para reinvestimento e pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP, a serem considerados como dividendo anual mínimo obrigatório e definição da data de pagamento dos JCP, referentes ao quarto trimestre de 2022; (iii) aprovação do Programa de Investimentos da COPASA MG para o exercício de 2023, nos termos do § 2º, do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. **5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixação da verba para remuneração global dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) reforma do Estatuto Social da Companhia; (iii) revisão da Política de Dividendos. **6. Quórum de Instalação:** considerando a existência de quórum de instalação para deliberação da Ordem do Dia, foi instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **7. Deliberações:** **7.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** após a discussão das matérias, foi deliberado, pelo voto dos acionistas presentes, conforme segue: (i) aprovar, por maioria de votos, computando-se as abstenções e os votos contrários, o Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício, Notas Explicativas e demais documentos contábeis) individuais e consolidadas da COPASA MG, referentes ao exercício de 2022, com base no Relatório da KPMG Auditores Independentes, com

ressalva para fins comparativos relativa exclusivamente a 2021, de 17/03/2023 e no parecer favorável do Conselho Fiscal de 17/03/2023, conforme publicação, em 13/04/2023, de forma integral, no *site* do Diário Oficial de Minas Gerais - Jornal Minas Gerais, páginas de 35 a 60; e na mesma data, de forma resumida, páginas 17 a 23, no Jornal O Tempo e de forma integral, páginas de 06 a 31, no *site* desse mesmo Jornal; **(ii)** aprovar, por maioria de votos, computando-se as abstenções e os votos contrários, a proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31/12/2022, no montante de R\$843.362.415,34 (oitocentos e quarenta e três milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e quatro centavos), sendo: **a)** R\$42.168.120,77 (quarenta e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e vinte reais e setenta e sete centavos) para compor a reserva legal; **b)** R\$391.105.276,48 (trezentos e noventa e um milhões, cento e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos) à remuneração dos acionistas, sob a forma de pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP, sendo que os mesmos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme Estatuto Social da Companhia. Deste valor total, os montantes de R\$33.871.499,86 (trinta e três milhões, oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), R\$53.136.372,26 (cinquenta e três milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) e R\$58.723.693,79 (cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e três mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos), foram aprovados nas reuniões do Conselho de Administração em 17/03/2022, em 15/06/2022 e em 15/09/2022, atribuídos aos acionistas detentores das ações em 22/03/2022, em 21/06/2022 e em 20/09/2022, e pagos em 16/05/2022, em 12/08/2022 e em 14/11/2022, respectivamente. O montante de R\$245.373.710,57 (duzentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e setenta e três mil, setecentos e dez reais e cinquenta e sete centavos) foi objeto de deliberação na reunião do Conselho de Administração em 17/03/2023, para atribuição aos acionistas detentores das ações em 22/03/2023, sendo que a data de pagamento será 27/06/2023; **c)** R\$391.148.886,98 (trezentos e noventa e um milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos) para compor a reserva de lucros retidos, conforme Programa de Investimentos previsto para a Companhia nos termos do parágrafo 2º do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a ser aprovado nesta AGO; **d)** R\$18.983.741,62 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos) correspondente a reserva de incentivos fiscais, menos o valor de R\$43.610,51 (quarenta e três mil, seiscentos e dez reais e cinquenta e um centavos) da parcela transferida de lucros acumulados em razão do efeito líquido da amortização da correção monetária sobre ativos no período de 1996 e 1997; **(iii)** aprovar, por maioria de votos, computando-se os votos contrários, o Programa de Investimentos referente ao exercício de 2023, cujos investimentos previstos em água, esgoto e desenvolvimento empresarial e operacional totalizam R\$1.597.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e sete milhões de reais) e os relacionados às capitalizações totalizam R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). A representante do acionista Estado de Minas Gerais ressaltou que a Advocacia-Geral do Estado, como representante formal do acionista controlador, manifestou-se sobre os assuntos dos itens "ii" a "iii" da Ordem do Dia desta AGO nos termos do Ofício do Comitê de Coordenação e Governança de Estatais - CCGE nº 49/2023 de 19/04/2023. **7.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** encerrada a discussão das matérias relativas à AGO, passaram os acionistas à discussão das matérias da AGE, sendo deliberado, pelo voto dos acionistas presentes, conforme segue: **(i)** aprovar, por maioria de votos, computando-se as abstenções e os votos contrários, em observância aos artigos 31, 46 e 61 do Estatuto Social da Companhia, a verba global de R\$9.460.711,00 (nove milhões, quatrocentos e

sessenta mil, setecentos e onze reais) para remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia, contemplando os gastos de honorários, licenças remuneradas, encargos sociais e benefícios para o período de abril de 2023 a março de 2024. A representante do acionista Estado de Minas Gerais ressaltou que a Advocacia-Geral do Estado, como representante formal do acionista controlador, manifestou-se sobre este assunto nos termos do Ofício do CCGE nº 25/2023 de 17/03/2023; **(ii)** aprovar, por unanimidade de votos, de acordo com inciso III do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, a reforma do Estatuto Social da COPASA MG, conforme anexo I desta Ata. A representante do acionista Estado de Minas Gerais ressaltou que a Advocacia-Geral do Estado, como representante formal do acionista controlador, manifestou-se sobre este assunto nos termos do Ofício do CCGE nº 26/2023 de 17/03/2023; **(iii)** aprovar por maioria de votos, computando-se as abstenções e os votos contrários, a revisão da Política de Dividendos, que passar a vigorar a partir desta data, conforme segue: **“Política de Dividendos - COPASA MG”**: **“1) Público Alvo**: Esta Política aplica-se à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG. **2) Objetivo**: O objetivo da Política de Dividendos é definir as práticas adotadas pela COPASA MG quanto à remuneração dos acionistas, de modo a dar transparência ao mercado e aos investidores, proporcionando-lhes previsibilidade nos rendimentos e buscando atender aos melhores padrões de Governança Corporativa. **3) Referências**: Para aplicação desta Política poderá ser necessário consultar: a) Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. b) Lei Federal n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. c) Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis n.os 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei Federal n.º 6.528, de 11 de maio de 1978. d) Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. e) Lei Federal n.º 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei Federal n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, dentre outras alterações. f) Decreto Estadual n.º 47.154, de 20 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado, nos termos da Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e dá outras providências. g) Nota Técnica ARSAE MG CRE n.º 14/2021, que apresentou o resultado da 2.ª Revisão Tarifária Periódica da COPASA MG. h) Nota Técnica ARSAE MG CRE n.º 15/2021, que apresentou a metodologia de reajustes tarifários da COPASA MG. **4) Diretrizes**: **4.1 Diretrizes gerais**: **4.1.1** Observância ao interesse público que justificou a criação da COPASA MG. **4.1.2** A garantia de recursos, em seu Plano de Investimentos, para atendimento ao estabelecido na Lei Federal n.º 11.445/2007 e na Lei Federal n.º 14.026/2020, em especial, quanto à universalização dos serviços de saneamento básico e as demais metas qualitativas e quantitativas estabelecidas. **4.2 Forma e critérios para remuneração aos acionistas**. **4.2.1 Dividendos Regulares**: **4.2.1.1** Os Dividendos Regulares serão sob a forma de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP). **4.2.1.2** Os JCP declarados serão considerados como dividendo mínimo legal obrigatório. **4.2.1.3** A base de cálculo para os Dividendos Regulares é o “Lucro Líquido Ajustado”, que é o valor do Lucro Líquido após diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei Federal n.º 6.404/1976. **4.2.1.4** O percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído sob a

forma de Dividendos Regulares será definido quando da aprovação, pelo Conselho de Administração, do orçamento empresarial do exercício social, sempre observando os seguintes parâmetros: a) o mínimo legal obrigatório; b) o limite máximo de 50% (cinquenta por cento).

**4.2.1.5** A declaração de Dividendos Regulares, cuja competência é do Conselho de Administração, deverá ocorrer trimestralmente. **4.2.1.6** O pagamento dos Dividendos Regulares será realizado em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da declaração pelo Conselho de Administração, exceto os valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício.

**4.2.1.7** Sempre que a situação financeira, as perspectivas futuras e as estratégias de investimento da COPASA MG, bem como as condições macroeconômicas e outros fatores considerados relevantes recomendarem, o Conselho de Administração poderá, respeitada a legislação e o Estatuto Social, durante o exercício, alterar o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído sob a forma de Dividendos Regulares, observados os limites fixados no item 4.2.1.4.

**4.2.1.8** Caberá à AGO que aprovar as Demonstrações Financeiras de cada exercício a deliberação sobre as condições e os valores da remuneração aos acionistas. **4.2.1.9** Nos termos da Lei Federal n.º 6.404/1976, o dividendo obrigatório poderá, excepcionalmente, deixar de ser pago no exercício em que os órgãos da administração da COPASA MG informarem à AGO ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Nessa hipótese, os lucros não distribuídos, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da COPASA MG.

#### **4.2.2 Dividendos Extraordinários:**

**4.2.2.1** Observadas as diretrizes gerais indicadas no item subitem 4.1 desta Política e as restrições legais, regulatórias, estatutárias, financeiras, bem como os *covenants*, poderá haver distribuições de Dividendos Extraordinários, conforme análise do Conselho de Administração.

**4.2.2.2** Após a análise indicada no subitem 4.2.2.1, o Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, poderá propor, para deliberação de Assembleia Geral, a distribuição de Dividendos Extraordinários.

**5 Disposições Finais: 5.1** A aplicação desta Política não implica qualquer alteração no normativo que regulamenta a participação dos empregados nos lucros da COPASA MG, cujas regras específicas são definidas em Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

**5.2** Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação em Assembleia Geral".

A representante do acionista Estado de Minas Gerais ressaltou que a Advocacia-Geral do Estado, como representante formal do acionista controlador, manifestou-se sobre este assunto nos termos do Ofício do CCGE nº 13/2023 de 16/03/2023.

#### **8. Encerramento:**

nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada, sendo sua publicação em forma de sumário e com a omissão da assinatura dos acionistas, de acordo com o artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Presentes na AGOE: Presidente: Hamilton Amadeo; Secretária: Kátia Roque da Silva; o Conselheiro Fiscal Sérgio Tuffy Sayeg, bem como os seguintes acionistas: Estado de Minas Gerais, representado pela Procuradora do Estado, Daniela Victor de Souza Melo; Kátia Roque da Silva; Gabriel Adami Pereira; e BNDES Participações S/A - BNDESPAR, representado por Igor Pinheiro Moreira; e Felipe Douglas Gomes representando por procuração o seguinte acionista: AMUNDI ACTIONS INTERNATIONALES. Os acionistas 1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND; ACADIAN ACWI EX US-SMALL CAP FUND LLC; ACADIAN EMEMRGING MARKETS EQUITY FUND; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC; ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC; ACADIAN GLOBAL MARKET NEUTRAL FUND, LLC; ADVISORS INNER CIRCLE FUND III-KBI GLOBAL INVESTO; ALASKA PERMANENT FUND; ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON

BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC.; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; ARROWSTREET EMERGING MARKET TRUST FUND; ARROWSTREET EMK ALPHA EXTENSION FUND L.P.; ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY ACWI EX US TRUST FUND; AUSTRALIANSUPER PTY LTD AS TRUSTEE FOR AUSTRALIASUPER; BLACKROCK ADVANTAGE E. M. FUND OF BLACKROCK FUNDS; BLACKROCK BALANCED CAPITAL FUND, INC.; BLACKROCK BALANCED CAPITAL PORTFOLIO OF BLACKROCK SERIES FUN; BLACKROCK GLOBAL FUNDS; BLACKROCK MULTI-ASSET INCOME PORTFOLIO OF BLACKROCK FUNDS II; BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK SYSTEMATIC GLOBAL E F; BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; CALVERT IMPACT FUND, INC. - CALVERT GLOBAL WATER FUND; CC AND L Q 140-40 FUND; CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND; CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP; CCL Q GLOBAL EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GROUP GLOBAL EQUITY FUND; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CHEVRON MASTER PENSION TRUST; CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; COLORADO PUBLIC EMPLOYEES RET. ASSOCIATION; COMMONWEALTH OF PENNSYLV.PUB.SCHOOL EMP RET S; CULLEN FUNDS PLC - CULLEN WATER FUND; CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR WLD LOW VOL S-M C E F; CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. STB BRAZIL STOCK M. F.; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; EMERGING MARKETS MID-SMALL CAP ACTIVE EQUITY FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B; EMERSON ELECTRIC COMPANY MASTER RETIREMENT TR; EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII; EMPLOYEES RETIREMENT FUND OF THE CITY OF DALLAS; ENSIGN PEAK ADVISORS,INC; F.M. KIRBY FOUNDATION, INC; FIREFIGHTERS RETIREMENT SYSTEM; FIREMEN S ANNUITY AND BEN. FD OF CHICAGO; FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADIX FUND; FIRSTENERGY CORPORATION MASTER RETIREMENT TRU; FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F; FLEXSHARES MORNINGSTAR GLOBAL UPSTREAM RESOURCES INDEX FUND; FLEXSHARES STOXX GLOBAL BOND INFRASTRUCTURE INDEX FUND; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST; FRIENDS FIDUCIARY CORPORATION; FUNDO DE INVESTIMENTO JABURÁ AÇÕES; GLOBAL ALL CAP ALPHA TILTS FUND; GLOBAL ALPHA TILTS FUND B; GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND; GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND B; GLOBAL X CLEAN WATER ETF; GLOBAL X CLEAN WATER UCITS ETF; GLOBEFLEX EMERGING MARKETS SMALL CAP, L.P.; GMO EMERGING M. FUND, A SERIES OF GMO TRUST; GMO EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND, A SERIES OF GM; GMO IMPLEMENTATION FUND, A SERIES OF GMO TRUST; HARTFORD SCHRODERS DIVERSIFIED EMERGING MARKETS FU; HOSPITAL AUTHORITY PROVIDENT FUND SCHEME; IBM 401 (K) PLUS PLAN; IN BK FOR REC AND DEV,AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR; INTERNATIONAL MONETARY FUND; ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF; ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX



ETF; ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF; ISHARES EMERGING MARKETS DIVIDEND ETF; ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND; ISHARES ENVIRONMENTAL INFRASTRUCTURE AND INDUSTRIA; ISHARES GLOBAL MONTHLY DIVIDEND INDEX ETF (CAD-HEDGED); ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES V PUBLIC LIMITED COMPANY; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; KBC ECO FUND; KBI FUNDS ICAV; KBI GLOBAL INVESTORS (NA) LTD CIT; LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD; LEGAL GENERAL GLOBAL INFRASTRUCTURE INDEX FUND; LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY; LOUISIANA STATE EMPLOYEES RETIR SYSTEM; LSV EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP; LSV EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, LP; LSV INTERNATIONAL (AC) VALUE EQUITY FUND, LP; MDPIEM EMERGING MARKETS EQUITY POOL; MERCER EMERGING MARKETS SHARES FUND; MERCER QIF FUND PLC; MINISTRY OF ECONOMY AND FINANCE; MIP ACTIVE STOCK MASTER PORTFOLIO; MULTI-ADVISOR FUNDS GLOBAL SUSTAINABLE INFRASTRUCT; NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST; NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF ST. JA; NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS; NAVARRO 1 FUND LLC; NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND; NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; NFS LIMITED; NORDEA 1 - GLOBAL GENDER DIVERSITY FUND; NORTHERN MULTI-MANAGER GLOBAL LISTED INFRASTRUCTURE FUND; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING; OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES FUND; OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; PEOPLE S BANK OF CHINA; PRESBYTERIAN CHURCH (U.S.A) FOUNDATION; PRIME SUPER; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; RAYTHEON TECHNOLOGIES C. M. R. TRUST; RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY; SANTANDER SICAV; SCHRODER COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; SCHRODER EMERGING MARKETS FUND SUSTAINABLE FUND; SCHRODER GLOBAL VALUE FUND; SCHRODER INTERNATIONAL MULTI-CAP VALUE FUND; SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND; SEGALL BRYANT HAMILL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; SEGALL BRYANT HAMILL EMERGING MARKETS FUND; SEGALL BRYANT HAMILL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LP; SEI INST INVEST TR WORLD EQ EX-US FUND; SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F; SKELLIG DST WATER FUND; SONEN GL. PU. EQ. FD, A S. OF SONEN INV. MNG. PUB. A. P, LLC; SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.; ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND; ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD; STATE OF FLORIDA BIRTH RELATED NEUROLOGICAL INJURY COMPE.PL; STATE OF IDAHO, ENDOWMENT FUND INVESTMENT BOARD; STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL; STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS; STATE STREET E M S CAP A S L QIB C TRUST FUND; STATE STREET G. A. L. SICAV - S. S. E. M. S. C. ESG S.E. F.; STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO; STELLAR INSURANCE, LTD.;



STICHTING BLUE SKY ACT EQ EM MK GL FUND; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING SHELL PENSIOENFONDS; SUN LIFE KBI SUSTAINABLE INFRASTRUCTURE PRIVATE PO; SUN LIFE REAL ASSETS PRIVATE POOL; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS; TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM; THE BOEING COMPANY EMPLOYEE SAVINGS PLANS MASTER TRUST; THE GLENCORE CANADIAN PENSION FUNDS TRUST-REAL ASS; THE METHODIST HOSPITAL; THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE; THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; THE PUBLIC INSTITUTION FOR SOCIAL SECURITY; THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA; THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND; THE SHELL CONTRIBUTORY PENSION FUND; THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; TIAA-CREF QUANT INTER SMALL-CAP EQUITY FUND; UPS GROUP TRUST; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD ESG INTERNATIONAL; VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II; VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T; VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS; VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U; VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F; VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF; VICTORIAN FUNDS MAN C A T F V E M T; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; WELLINGTON TRUST COMPANY, NATIONAL ASSOCIATION MUL; WEST VIRGINIA INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND exerceram o voto para a AGOE por meio do Boletim de Voto a Distância.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023.  
Confere com a original arquivada na Companhia

Mesa:

---

Hamilton Amadeo  
Presidente da reunião

---

Kátia Roque da Silva  
Secretária da reunião



**ESTATUTO SOCIAL**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS  
COPASA MG**

**BELO HORIZONTE MINAS GERAIS - BRASIL**



**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG**

NIRE 31.300.036.375

CNPJ nº 17.281.106/0001-03

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**Denominação, Sede, Prazo e Objeto**

**Artigo 1º** A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Minas Gerais, constituída nos termos da Lei Estadual nº 2.842, de 5 de julho de 1963, e reestruturada pela Lei Estadual nº 6.084, de 16 de maio de 1973, tem como competência planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população.

**Parágrafo único** Para os efeitos deste Estatuto considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável, constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário, constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento desde as ligações prediais até sua destinação final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e da limpeza de logradouros e vias públicas.

**Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e terá prazo de duração indeterminado.

**Parágrafo Único** Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização de suas atividades em qualquer outro Estado do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º** Para realização de seu objeto social, a COPASA MG deverá investir em projetos de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e desenvolvimento empresarial, que em seu conjunto garantam à Companhia retorno real superior ou igual ao seu custo de capital.



**Artigo 4º** Para o cumprimento de suas finalidades institucionais, poderá a COPASA MG:

I - propor desapropriações;

II - promover encampação de serviços;

III - receber doações e subvenções;

IV - atuar no Brasil e no exterior;

V - firmar convênio e formar consórcio ou qualquer outra forma de parceria com pessoas de direito público ou privado;

VI - celebrar contratos, inclusive de programa, de concessão e de permissão de serviço público;

VII - subcontratar parte de suas atividades, observado o disposto no art. 78 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no § 1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

VIII - executar serviços de montagem, recuperação e ensaios inerentes à verificação inicial e após reparo de medidores de água e esgoto, vedada em qualquer hipótese a sua comercialização.

IX - contrair empréstimo, financiamento com instituição financeira ou agência de fomento nacional ou internacional, bem como emitir debêntures ou outros valores mobiliários, obrigando-se à contrapartida, se for o caso, observados os indicadores estabelecidos a seguir, cujos cálculos deverão tomar como base as demonstrações financeiras anuais ou trimestrais intermediárias da COPASA MG:

a) o endividamento líquido consolidado deve ser igual ou inferior a 3 vezes o LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização acumulado nos últimos 12 meses;

b) as Exigibilidades Totais devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e

c) o LAJIDA (EBITDA) deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida, acumulados nos últimos 12 meses.

**Parágrafo Primeiro** As metas estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do inciso IX poderão ser alteradas por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

a) o endividamento líquido consolidado poderá atingir, no máximo, 4 vezes o LAJIDA (EBITDA) acumulado nos últimos 12 meses; e

b) as Exigibilidades Totais poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido.



**Parágrafo Segundo** As atividades da COPASA MG, previstas no seu objeto social, serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou ainda por intermédio de empresas de que participem a COPASA MG ou suas controladas, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** A COPASA MG poderá fornecer apoio operacional, logístico, administrativo e técnico à operação de suas controladas.

**Artigo 5º** A Companhia se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 47.154/2017.

**Parágrafo Primeiro** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo** A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3.

## CAPÍTULO II

### Capital Social e Ações

**Artigo 6º** O Capital Social da Companhia é de R\$3.402.385.609,47 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 380.253.069 (trezentas e oitenta milhões, duzentas e cinquenta e três mil e sessenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** O Capital Social será representado exclusivamente por ações ordinárias.

**Parágrafo Segundo** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo Quarto** As ações são escriturais e serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo o custo de transferência e averbação, assim como o serviço relativo às ações custodiadas, ser cobrado do acionista.



**Parágrafo Quinto** Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

**Artigo 7º** A Companhia está autorizada a aumentar o Capital Social até o limite de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, com a manifestação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Primeiro** O Conselho de Administração da Companhia poderá, dentro dos limites do capital autorizado, deliberar sobre a emissão de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.

**Parágrafo Segundo** A critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei.

**Artigo 8º** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 9º** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

## **CAPÍTULO III**

### **Da Assembleia Geral**

**Artigo 10** Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

**Parágrafo Único** As Assembleias Gerais serão convocadas observando-se os prazos mínimos previstos na legislação, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por substituto por ele indicado, e serão secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

**Artigo 11** Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.



**Parágrafo Primeiro** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

**Parágrafo Segundo** O disposto no *caput* não se aplica aos acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância, os quais estarão sujeitos aos requisitos e prazos legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 12** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

## **CAPÍTULO IV** **Da Administração** **Subseção I** **Regras Gerais**

**Artigo 13** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto.

**Parágrafo Único** A posse dos Administradores fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no art. 86 do presente Estatuto.

**Artigo 14** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Artigo 15** A Companhia poderá, nos termos deste Estatuto, contratar seguro, em favor dos membros dos órgãos estatutários e dos ocupantes de cargos de confiança, para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de suas funções, mediante aprovação do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** A cobertura a que se refere o *caput* poderá ser estendida aos empregados, procuradores, prepostos e mandatários, cujos poderes delegados diretamente pelos administradores da Companhia deverão estar especificados em instrumento próprio.

## **Subseção II** **Requisitos e Vedações para Administradores**

**Artigo 16** Os Administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

I - ser cidadão de reputação ilibada;



- II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;
- III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e
- IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

- a) dez anos, no setor público ou privado, na área de atuação da COPASA MG ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;
- b) quatro anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da COPASA MG, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;
- c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança no setor público equivalente, no mínimo, ao quarto nível hierárquico, ou superior do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais;
- d) quatro anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da COPASA MG; ou
- e) quatro anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da COPASA MG.

**Parágrafo Primeiro** A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

**Parágrafo Segundo** As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do *caput* não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

**Parágrafo Terceiro** As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do *caput* poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

**Parágrafo Quarto** Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de Administrador.

**Parágrafo Quinto** Os Diretores deverão residir no País.

**Artigo 17** É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva de:

- I - representante do órgão regulador ao qual a COPASA MG está sujeita;
- II - Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;
- III - titular de cargo em comissão na administração pública, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;



IV - dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I, II, III e IV deste artigo;

VI - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VIII - pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado de Minas Gerais, com a COPASA MG, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

X - pessoa que tenha conflito de interesse ou que apresente fundado receio de vir a tê-lo com o Estado de Minas Gerais ou com a COPASA MG;

XI - pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

XII - pessoa condenada por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

XIII - pessoa declarada inabilitada por ato da CVM.

**Parágrafo Primeiro** Aplica-se a vedação contida no inciso III do *caput* ao servidor ou ao empregado público aposentado, mesmo que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta.

**Parágrafo Segundo** Aplica-se o disposto neste artigo aos Administradores representantes dos empregados e dos acionistas minoritários.

**Parágrafo Terceiro** Os Administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos 2 (dois) últimos anos.

## Subseção III

### Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

**Artigo 18** Nos termos da Política de Indicação e Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG, os requisitos e as vedações exigíveis para os Administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.



**Parágrafo Único** Os requisitos acima mencionados serão comprovados por meio da apresentação do Formulário de Elegibilidade de Membros Estatutários, juntamente com a documentação exigida.

## **CAPÍTULO V** **Dos Órgãos de Administração** **Subseção I** **Conselho de Administração**

**Artigo 19** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

**Parágrafo Primeiro** A Assembleia Geral determinará o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos para o respectivo prazo de gestão, pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo Segundo** No Conselho de Administração é garantida a participação de:

I - 1 (um) representante dos empregados, de acordo com regulamento específico;

II - no mínimo, 1 (um) representante dos acionistas minoritários, eleito nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976.

**Artigo 20** Os membros do Conselho de Administração serão eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** Atingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno do membro para o Conselho de Administração da COPASA MG só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Segundo** Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Terceiro** Em relação à contagem do prazo de gestão, serão considerados os períodos anteriores da gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

**Artigo 21** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de Conselheiros independentes, que serão assim declarados na Assembleia Geral que os eleger.

**Parágrafo Primeiro** Considera-se independente o Conselheiro que:

I - não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;



II - não for cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de Administrador da Companhia;

III - não manteve, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a COPASA MG ou com o Estado de Minas Gerais, que possa vir a comprometer sua independência;

IV - não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de suas coligadas ou subsidiárias ou de sociedade por ela controlada, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;

V - não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, de modo a implicar perda de independência;

VI - não for funcionário ou Administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Companhia, de modo a implicar perda de independência;

VII - não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro, à exceção de valores em dinheiro oriundos de participação no capital.

**Parágrafo Segundo** Na hipótese do cálculo do número de Conselheiros Independentes resultar em número fracionário será feito o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo Terceiro** Serão considerados independentes os Conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, mas não aqueles eleitos pelos empregados.

**Artigo 22** Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para completar o respectivo prazo de gestão, observando-se a Política de Indicação e Elegibilidade de Membros Estatutários, até que seja convocada nova Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro** No caso de vacância de representantes dos acionistas minoritários que implique descumprimento do percentual de Conselheiros independentes ou vacância de representante dos empregados, deverá ser convocada nova Assembleia Geral para elegê-los, observando-se a Política de Indicação e Elegibilidade de Membros Estatutários.

**Parágrafo Segundo** Ocorrendo vacância da maioria de cargos do Conselho de Administração da Companhia, será convocada Assembleia Geral para proceder a nova eleição.

**Artigo 23** A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.



**Parágrafo Primeiro** No caso de a Assembleia fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

**Parágrafo Segundo** É vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros aos membros do Conselho de Administração.

**Artigo 24** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, de acordo com o calendário previamente aprovado e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

**Parágrafo Segundo** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

**Parágrafo Terceiro** A participação do Conselheiro, nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, será considerada presença pessoal.

**Artigo 25** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Primeiro** Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que seja assegurada a ciência a todos os demais integrantes do Conselho.

**Parágrafo Segundo** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião em que participarem todos os Conselheiros.

**Artigo 26** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

**Parágrafo Segundo** No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo seu Vice-Presidente ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros.

**Parágrafo Terceiro** No caso de ausência de qualquer membro do Conselho de Administração, esse poderá, com base na pauta da reunião, manifestar formalmente seu voto ao Presidente do Conselho de Administração, por meios que permitam a comprovação do recebimento da manifestação, até a data da reunião.

**Parágrafo Quarto** Os membros do Conselho de Administração não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.



**Artigo 27** As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 26, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.

**Artigo 28** Ao término da reunião, a ata deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião.

**Parágrafo Primeiro** Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 26 deverão constar e ser juntados à respectiva ata.

**Parágrafo Segundo** Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação que possa produzir efeitos perante terceiros.

**Artigo 29** Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - eleger e destituir os Diretores da Companhia e os membros dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração;

III - fixar as atribuições dos Diretores, bem como definir os assuntos, as unidades organizacionais e as competências de sua responsabilidade, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto;

IV - aprovar o compromisso com metas e resultados específicos assumidos pelos membros da Diretoria Executiva, bem como fiscalizar seu cumprimento;

V - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o planejamento estratégico, o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes, o programa de investimentos e o orçamento empresarial da Companhia, bem como suas eventuais revisões;

VI - promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, bem como publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sob pena de responsabilização dos membros do Conselho de Administração, por omissão;

VII - aprovar o orçamento dos comitês estatutários vinculados ao Conselho de Administração e das Unidades Estatutárias;



VIII - fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

IX - avaliar anualmente o desempenho, individual e coletivo dos Administradores da COPASA MG e de suas controladas e dos membros de Comitês vinculados ao Conselho de Administração, observados os seguintes quesitos mínimos para os Administradores:

- a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b) contribuição para o resultado do exercício;
- c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

X - aprovar as políticas e os regulamentos da Companhia, bem como o seu Manual de Organização;

XI - aprovar o Plano de Carreiras, Cargos e Salários da Companhia, bem como manifestar-se sobre o aumento do quantitativo de pessoal próprio, a concessão de benefícios e vantagens, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso;

XII - manifestar-se sobre as demonstrações financeiras – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, relatório anual da administração, notas explicativas e demais documentos contábeis – que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;

XIII - apreciar as demonstrações financeiras trimestrais intermediárias da Companhia;

XIV - deliberar sobre a declaração de Juros sobre o Capital Próprio e/ou distribuição de dividendos por conta do resultado de exercício em curso e de exercício findo, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral;

XV - propor para deliberação da Assembleia Geral a declaração de distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros;

XVI - submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;

XVII - deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

XVIII - deliberar sobre emissão e oferta de debêntures e outros valores mobiliários não conversíveis em ações, independentemente do valor;



XIX - deliberar sobre emissão e oferta de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado;

XX - convocar a Assembleia Geral nos casos previstos na legislação ou quando julgar necessário;

XXI - aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e Código de Conduta e Integridade;

XXII - subscrever e divulgar a Carta Anual de Políticas Públicas e a Carta Anual de Governança Corporativa;

XXIII - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XXIV - aprovar a metodologia a ser aplicada nos estudos de viabilidade econômico-financeira, bem como a metodologia do cálculo para o custo de capital da Companhia e a periodicidade para sua revisão;

XXV - autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos, incluindo a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral, quando o valor envolvido ultrapassar R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), limitado a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

XXVI - autorizar, por proposta da Diretoria Executiva, a exclusão de bens móveis do ativo, quando o valor ultrapassar R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;

XXVII - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, a alienação, aquisição, constituição de ônus reais, bem como prestação de garantia a terceiros de bens imóveis, quando o valor ultrapassar R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

XXVIII - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros, quando o valor ultrapassar R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

XXIX - autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, quando o valor ultrapassar R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), limitado a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

XXX - autorizar a doação, a município, de áreas avaliadas em até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) destinadas à implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário ou de resíduos sólidos, quando a propriedade do imóvel for condição para a transferência de recursos financeiros oriundos de órgãos públicos para o custeio das obras;



XXXI - deliberar sobre a constituição de empresas subsidiárias integrais, bem como sobre a participação da COPASA MG ou de suas controladas em outras empresas, de forma majoritária ou minoritária;

XXXII - autorizar a contratação e a destituição de auditores independentes;

XXXIII - autorizar a contratação de seguro, em favor dos membros dos órgãos estatutários, dos ocupantes de cargos de confiança, bem como dos empregados, dos procuradores, dos prepostos e dos mandatários, para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de suas funções, observando o disposto no artigo 15 deste Estatuto Social;

XXXIV - dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** Excluem-se da obrigação de divulgação a que se refere ao inciso VI as informações de natureza estratégica, cujo conteúdo possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** Nos casos em que os valores ultrapassem os limites previstos nos incisos XXV, XXIX e XXX, a competência será da Assembleia Geral.

**Parágrafo Terceiro** A emissão e oferta de debêntures e outros valores mobiliários não conversíveis em ações previstas no inciso XVIII não se enquadra nos limites de alçada previstos no inciso XXV.

**Parágrafo Quarto** Os valores citados nos incisos XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX e XXX serão atualizados no mês de janeiro de cada ano, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA dos últimos 12 meses.

**Artigo 30** O Conselho de Administração poderá instituir comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento, devendo aprovar os respectivos regimentos.

## Subseção II

### Diretoria Executiva

**Artigo 31** A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração, que definirá suas áreas de atuação e atribuições.

**Parágrafo Único** Na hipótese de um empregado ser eleito diretor da Companhia, seu contrato de trabalho será suspenso.

**Artigo 32** Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.



**Parágrafo Primeiro** Atingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno do membro da Diretoria Executiva da COPASA MG só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Segundo** Não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da COPASA MG.

**Parágrafo Terceiro** Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Artigo 33** É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados.

**Artigo 34** Em caso de vacância de cargo de Diretor, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará interinamente suas funções, perdurando esta substituição até o provimento definitivo do cargo.

**Artigo 35** A remuneração global ou individual da Diretoria Executiva será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** No caso da Assembleia Geral fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

**Artigo 36** A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por semana, conforme disposto no calendário de reuniões e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões da Diretoria Executiva serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

**Parágrafo Segundo** As reuniões da Diretoria Executiva poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

**Parágrafo Terceiro** A participação do Diretor, nos termos do Parágrafo Segundo deste Artigo, será considerada presença pessoal.

**Artigo 37** As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da reunião, mediante envio da pauta e respectivos documentos aos Diretores, por meio da Secretaria Executiva de Governança.

**Parágrafo Primeiro** Em caráter de urgência, as reuniões da Diretoria Executiva poderão ser convocadas sem observância do prazo acima, desde que assegurada ciência a todos os Diretores.

**Parágrafo Segundo** As reuniões poderão ser convocadas, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência de 3 (três) dias.



**Parágrafo Terceiro** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

**Artigo 38** As reuniões da Diretoria Executiva serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Diretor-Presidente e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

**Parágrafo Segundo** No caso de ausência temporária do Diretor-Presidente, as reuniões serão presididas por membro da Diretoria Executiva por ele indicado ou por membro escolhido pelos diretores presentes.

**Parágrafo Terceiro** No caso de ausência de qualquer membro da Diretoria Executiva, esse poderá, com base na pauta de reunião, manifestar formalmente seu voto ao Diretor-Presidente, por meios que permitam a comprovação do recebimento da manifestação, até a data da reunião.

**Parágrafo Quarto** Os membros da Diretoria Executiva não poderão se afastar injustificadamente do exercício de suas funções, sob pena de destituição do cargo.

**Artigo 39** As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 38 deste Estatuto Social, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

**Artigo 40** Após a reunião, será elaborada ata que deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião.

**Parágrafo Único** Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 38 deste Estatuto Social deverão constar e serem juntados à respectiva ata.

**Artigo 41** Compete à Diretoria Executiva a administração dos negócios sociais da Companhia e, no exercício dessa função, deve cumprir e fazer cumprir as leis, as regras deste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, o seu Regimento Interno e as boas práticas de governança corporativa, em proveito da Companhia e do interesse público que justificou a sua criação.

**Artigo 42** Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - recomendar para aprovação do Conselho de Administração o planejamento estratégico, o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes, o programa de investimentos e o orçamento empresarial da Companhia, bem como suas eventuais revisões;



II - aprovar as renovações e novas concessões nas quais o Valor Presente Líquido – VPL tenha apresentado resultado positivo, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira e, nos casos de VPL negativo, submeter à deliberação do Conselho Administração;

III - autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos, bem como a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral, quando o valor ultrapassar R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), limitado a R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais);

IV - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros quando o valor envolvido ultrapassar R\$100.000,00 (cem mil reais) limitado a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

V - autorizar a exclusão de bens móveis do ativo, quando o valor ultrapassar R\$100.000,00 (cem mil reais) limitado a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), por destruição, perda e extravio;

VI - aprovar a alienação, aquisição, constituição de ônus reais, bem como prestação de garantia a terceiros de bens imóveis, quando o valor ultrapassar R\$100.000,00 (cem mil reais) limitado a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

VII - autorizar a exclusão de bens imóveis do ativo por inutilidade ao serviço;

VIII - autorizar a concessão de subvenção a entidades beneficentes de acordo com os critérios e limites definidos pela Companhia;

IX - autorizar doações de sucatas e bens inservíveis, de acordo com os critérios e limites definidos pela Companhia;

X - autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, quando o valor ultrapassar R\$100.000,00 (cem mil reais) limitado a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

XI - autorizar as provisões judiciais da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;

XII - aprovar a contratação de instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais, reportando esse ato ao Conselho de Administração;

XIII - aprovar a instituição e a modificação de Normas de Procedimentos da Companhia.

**Parágrafo Único** Os valores citados nos incisos III, IV, V, VI e X serão atualizados no mês de janeiro de cada ano, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA dos últimos 12 meses.

**Artigo 43** Compete ao Diretor-Presidente:

I - exercer a direção da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas



as deliberações e as diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II - coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração da Estratégia de Longo Prazo, Planos Plurianuais, Planos de Negócios e Orçamentos Anuais, a serem submetidos ao Conselho de Administração;

III - dirigir os trabalhos da Companhia;

IV - definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

V - conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração;

VI - praticar os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

#### **Artigo 44** Compete a cada Diretor:

I - executar as atribuições relativas à sua área de atuação, responsabilizando-se pelo cumprimento das deliberações e das diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III - exercer outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Diretor-Presidente ou pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** Os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão gestores das áreas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** Ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores compete, adicionalmente, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

#### **Artigo 45** A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

I - pelo Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor ou com 1 (um) procurador com poderes especiais devidamente constituído;

II - por 2 (dois) Diretores, indistintamente, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído, para a movimentação de recursos financeiros da Companhia, endossos e aceites cambiais;

III - por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;



IV - por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos:

- a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembleias Gerais de acionistas das sociedades nas quais a Companhia participe;
- b) endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia;
- c) movimentação de contas bancárias instituídas fora da sede da Companhia; e
- d) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas.

V - por 1 (um) Superintendente conjuntamente com 1 (um) Gerente, para a prática dos seguintes atos:

- a) firmar convênio para cooperação técnica e científica que não implicar em ônus para a Companhia; apadrinhamento de entidade social; repasse de valores arrecadados pelo Programa CONFIA EM 6%, ou o que vier a substituí-lo; Convênio de Estágio; Convênios de empréstimos consignados; Programa Pró-Mananciais; Termo de Compromisso com municípios referente a dados sobre Plano Municipal de Saneamento Básico.
- b) firmar Contratos, Distratos, Aditivos e Termos de Rerratificação de: (i) Fornecimento de Água Bruta; (ii) Prestação de Serviços para Recebimento e Tratamento de Efluentes Líquidos Domésticos e Não Domésticos – PRECEND; (iii) Prestação de Serviços para fornecimento de Água e coleta de Esgotos sanitários a Grandes Clientes; (iv) Prestação de Serviços para Órgãos Públicos; e (v) obras e serviços de engenharia, bem como de outros serviços e compras, nos valores limites das dispensas de licitação previstos no art. 29, I e II, respectivamente, da Lei Federal 13.303/2016, atualizado nos termos do Regulamento de Contratações da COPASA MG;
- c) firmar Termo de Acordo e Doação referente a Loteamentos e Termo de Doação para a CEMIG ou outra concessionária de energia elétrica.
- d) firmar contrato de locação de imóveis, de vale transporte, e de lanche padrão, no valor definido no Regulamento de Contratações da COPASA MG.

**Parágrafo Único** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura do Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.



## CAPÍTULO VI

### Do Conselho Fiscal

**Artigo 46** O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, dos quais um será seu Presidente e outro seu Vice-Presidente, e número igual de suplentes eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

**Parágrafo Primeiro** A Assembleia Geral, previamente à sua eleição, determinará o número de Conselheiros Fiscais a serem eleitos em cada prazo de atuação, pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo Segundo** O Conselho Fiscal contará com, no mínimo, 1 (um) membro titular e o respectivo suplente, indicado pelo Estado de Minas Gerais, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública.

**Parágrafo Terceiro** É garantida a participação como membro do Conselho Fiscal de 1 (um) representante dos acionistas minoritários, eleito nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976.

**Artigo 47** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos para um prazo de atuação de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** Atingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno do membro para o Conselho Fiscal da COPASA MG só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Segundo** Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Artigo 48** Os membros do Conselho Fiscal da COPASA MG deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;
- II - ter formação acadêmica compatível com o exercício da função;
- III - ter experiência mínima de 3 (três) anos em cargo de:
  - a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta; ou
  - b) Conselheiro Fiscal ou Administrador em empresas;
- IV - não se enquadrar nas vedações de que trata o art. 162, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

**Parágrafo Primeiro** A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.



**Parágrafo Segundo** As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso III não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, salvo aquelas relativas a períodos distintos.

**Artigo 49** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no art. 88 do presente Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** Os Conselheiros Fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos 2 (dois) últimos anos.

**Parágrafo Segundo** O desempenho dos Conselheiros Fiscais, individual e coletivo, deverá ser avaliado anualmente, nos termos do que dispuser o seu Regimento Interno.

**Artigo 50** No caso de vacância de membro titular no Conselho Fiscal, esse será substituído pelo respectivo suplente para exercer o cargo até o término do prazo de atuação ou até a eleição de novo membro.

**Parágrafo Único** No caso de vacância de representante dos acionistas minoritários, que implique no descumprimento do número mínimo de seus representantes, deverá ser convocada nova Assembleia Geral para elegê-lo, observando-se os requisitos de indicação e de elegibilidade.

**Artigo 51** No caso de afastamento temporário de membro titular do Conselho Fiscal, ele será substituído pelo respectivo suplente, até seu retorno.

**Artigo 52** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral, respeitado o mínimo legal.

**Artigo 53** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

**Parágrafo Segundo** É admitida a realização de reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

**Parágrafo Terceiro** A participação do Conselheiro, nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, será considerada presença pessoal.

**Artigo 54** As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação encaminhada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, por meio da Secretaria Executiva de Governança.



**Parágrafo Primeiro** Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo estabelecido no art. 53, desde que seja assegurada a ciência a todos os demais integrantes do Conselho.

**Parágrafo Segundo** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros Fiscais.

**Artigo 55** As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, incluindo os suplentes no caso de ausência de membros titulares.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

**Parágrafo Segundo** No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho Fiscal, essas reuniões serão presididas por seu Vice-Presidente ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Terceiro** No caso de ausência de qualquer membro do Conselho Fiscal, este poderá, com base na pauta da reunião, manifestar formalmente o seu voto ao Presidente do Conselho Fiscal, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

**Parágrafo Quarto** Os membros do Conselho Fiscal não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.

**Artigo 56** As deliberações nas reuniões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 53 deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.

**Artigo 57** Ao término da reunião, deverá ser assinada ata por todos os Conselheiros presentes à reunião.

**Parágrafo Primeiro** Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 53 deste Estatuto deverão ser registrados na respectiva ata.

**Parágrafo Segundo** Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho Fiscal da Companhia que contiverem deliberação que possa produzir efeitos perante terceiros.

**Parágrafo Terceiro** O Conselho Fiscal poderá admitir em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

**Artigo 58** Sem prejuízo das demais atribuições do Conselho Fiscal, a este compete:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;



II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral relativas à modificação do Capital Social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar erros, fraudes ou crimes, sugerindo medidas úteis, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências, à Assembleia Geral;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que consideram necessárias;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, os balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

VII - examinar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e sobre elas opinar, após apreciação do Conselho de Administração da COPASA MG;

VIII - exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

IX - solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

X - assistir às reuniões do Conselho de Administração da COPASA MG nas quais se deliberar sobre assuntos em que devam opinar (incisos II, III e VII deste capítulo). A ausência dos Conselheiros caracteriza omissão no cumprimento do dever, ensejando a sua responsabilidade na forma do art. 163 da Lei Federal nº 6.404/1976;

XI - solicitar, por qualquer de seus membros, aos auditores independentes os esclarecimentos ou informações que julgar necessários e a apuração de fatos específicos;

XII - fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Capital Social, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência.

**Parágrafo Único** Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na Assembleia Geral, independentemente de publicação.



## CAPÍTULO VII

### Do Comitê de Auditoria Estatutário

**Artigo 59** O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, por ele eleito, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, sendo pelo menos 1 (um) dos membros, obrigatoriamente, conselheiro de administração independente.

**Parágrafo Único** Considera-se independente aquele que atender ao disposto no Parágrafo Primeiro do art. 21 deste Estatuto, não se aplicando o disposto no inciso VII.

**Artigo 60** Os Membros do Comitê de Auditoria deverão atender às seguintes condições:

I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

a) diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal da COPASA MG, subsidiária, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;

b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na COPASA MG;

II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim ou por adoção, até o 2º (segundo) grau, das pessoas referidas no inciso I;

III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da COPASA MG, subsidiária, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê;

IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão na administração pública estadual direta, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê;

V - atender aos requisitos previstos nos parágrafos art. 147 da Lei Federal nº 6.404/1976.

**Parágrafo Primeiro** Os membros do Comitê deverão ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Companhia e possuir conhecimentos em auditoria, *compliance*, controles, contabilidade, riscos e afins ou experiência em tais atividades, devendo, no mínimo, 1 (um) dos membros ter experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.

**Parágrafo Segundo** O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da COPASA MG pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do último dia do mandato do membro do Comitê.

**Artigo 61** Os mandatos dos membros do COAUDI não integrantes do Conselho de Administração serão de 3 (três) anos, não coincidentes entre todos os membros, admitindo-se 1 (uma) reeleição.



**Parágrafo Primeiro** O Conselho de Administração poderá definir mandato inferior a 3 (três) anos para fins de não coincidência entre todos os membros, mantendo o prazo de 3 (três) anos em caso de reeleição de membros não integrantes do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** O membro do Comitê de Auditoria Estatutário, integrante do Conselho de Administração, terá seu mandato limitado ao seu prazo de gestão neste órgão.

**Parágrafo Terceiro** No curso de sua gestão, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário somente poderão ser destituídos nas seguintes hipóteses:

I - morte ou renúncia;

II - ausência injustificada a 20% (vinte por cento) das reuniões de cada exercício;

III - afastamento do exercício de suas funções por mais de 60 (sessenta) dias corridos, salvo o caso de licença concedida pelo Conselho de Administração; ou

IV - voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

**Parágrafo Quarto** Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê, competirá ao Conselho de Administração eleger novo membro para completar o mandato.

**Parágrafo Quinto** O membro eleito nos termos do Parágrafo Quarto deste artigo terá o mandato contado da data de posse do membro substituído.

**Artigo 62** O COAUDI deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

**Artigo 63** As atas das reuniões do COAUDI serão divulgadas pela COPASA MG.

**Parágrafo Único** Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata do COAUDI possa colocar em risco o interesse legítimo da COPASA MG, apenas seu extrato será divulgado.

**Artigo 64** O funcionamento do COAUDI será estabelecido em regimento interno, devendo as reuniões ocorrer no mínimo, bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam apreciadas antes de sua divulgação.

**Artigo 65** Para o desempenho de suas funções, o COAUDI terá acesso às informações de que necessitar e disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, nos limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações relacionadas às suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.



## **Artigo 66** Compete ao COAUDI:

- I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da COPASA MG e de suas controladas;
- III - avaliar as demonstrações financeiras trimestrais intermediárias e anuais;
- IV - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da COPASA MG e de suas controladas;
- V - avaliar, anualmente, se a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna estão suficientes para o desempenho de suas funções;
- VI - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela COPASA MG e de suas controladas;
- VII - avaliar e monitorar exposições de risco da COPASA MG e de suas controladas, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:
  - a) remuneração dos Administradores;
  - b) utilização de ativos;
  - c) gastos incorridos em nome da Companhia;
- VIII - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da COPASA MG e a Unidade de Auditoria Interna, a adequação e a divulgação das transações com partes relacionadas;
- IX - avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- X - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações e registrar, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;
- XI - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão patrocinado pela Companhia;
- XII - opinar, de modo a auxiliar os acionistas, na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;



XIII - verificar a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e Conselheiros fiscais da COPASA MG e de suas empresas controladas; e

XIV - opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

**Artigo 67** São deveres dos membros do COAUDI:

I - participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos 2 (dois) últimos anos;

II - exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social;

III - guardar sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação.

**Artigo 68** O Comitê de Auditoria Estatutário poderá atuar nas controladas da COPASA MG.

## CAPÍTULO VIII

### Unidade de Auditoria Interna

**Artigo 69** A unidade de Auditoria Interna da COPASA MG atua com autonomia e independência e vincula-se diretamente ao Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** As atividades da Auditoria Interna são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

**Artigo 70** A Auditoria Interna desenvolve atividade de avaliação independente, objetiva e de consultoria orientada para agregar valor e melhorar as operações da Companhia, auxiliando-a no alcance de seus objetivos estratégicos e visando à melhoria da eficiência e eficácia dos controles, da gestão de riscos, do desempenho dos processos e da governança corporativa.

**Parágrafo Único** Para atuação independente, serão assegurados à Auditoria Interna:

I - orçamento próprio; e

II - regras específicas para destituição do cargo de Auditor Geral.

**Artigo 71** Compete à Auditoria Interna:

I - auxiliar o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração, dentro do limite de suas competências;



II - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;

III - examinar e avaliar a adequação, eficiência e eficácia do desempenho das unidades em relação às suas atribuições e aos planos, objetivos e políticas da COPASA MG;

IV - apurar fraudes e irregularidades identificadas pela própria Auditoria Interna ou a partir de demandas da Administração ou do recebimento de denúncias;

V - gerenciar o canal de denúncias da Companhia;

VI - reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração, os resultados das auditorias realizadas;

VII - coordenar o relacionamento com os órgãos de controle externo.

**Parágrafo Único** A Auditoria Interna deverá reportar-se ao Conselho Fiscal sobre as recomendações relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, se os Administradores deixarem de adotar medidas necessárias em relação à situação relatada em até trinta dias.

**Artigo 72** A Auditoria Interna terá autorização para acesso, sem nenhuma restrição, a quaisquer dependências, arquivos, documentos e sistemas informatizados da Companhia, cabendo às unidades envolvidas colaborar na localização e elaboração de informações e na interpretação de atos, dados ou fatos administrativos, quando solicitadas.

**Parágrafo Único** A Auditoria Interna poderá solicitar às áreas da COPASA MG, quando necessário ou pertinente, informações que deverão ser apresentadas tempestiva e obrigatoriamente pelos seus respectivos gestores.

**Artigo 73** Regimento interno da Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, disciplinará, dentre outros assuntos, as regras previstas no inciso II do Parágrafo Único do art. 70, bem como a forma como se dará a comunicação direta com o Conselho Fiscal prevista no Parágrafo Único do art. 71.

## CAPÍTULO IX

### Unidade de Integridade e Gestão de Riscos

**Artigo 74** A COPASA MG manterá estrutura específica, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos.



**Parágrafo Primeiro** O Diretor-Presidente poderá delegar a diretor estatutário a condução da unidade, função que poderá ser desempenhada concomitantemente a suas outras competências.

**Parágrafo Segundo** O titular da unidade de integridade e gestão de riscos deverá comunicar formalmente o Diretor-Presidente sobre diligências em curso em que esteja envolvido Diretor, membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, o Diretor Jurídico Adjunto ou o Auditor Geral.

**Parágrafo Terceiro** Ocorrendo o disposto no Parágrafo Segundo deste artigo, o Diretor-Presidente deverá informar formalmente o assunto ao Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo Quarto** A unidade de integridade e gestão de riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas situações em que houver suspeita de envolvimento do Diretor-Presidente ou equivalente em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação a situação a ele relatada.

**Parágrafo Quinto** Para a atuação independente, serão assegurados à unidade de integridade e gestão de riscos:

I - orçamento próprio; e

II - regras específicas para a destituição do cargo de gestor da unidade;

**Parágrafo Sexto** Regimento interno da unidade de integridade e gestão de riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, disciplinará, dentre outros assuntos, as regras previstas no inciso II do Parágrafo Quinto deste artigo, bem como a forma como se dará a comunicação direta com o Conselho de Administração prevista no Parágrafo Quarto deste artigo.

**Artigo 75** Compete à unidade de integridade e gestão de riscos:

I - promover as políticas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Anticorrupção e demais políticas atinentes à atuação da unidade e difundir a cultura de integridade na organização;

II - analisar atividades e ações das diversas unidades da COPASA MG, com vistas a manter a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões; e

III - liderar e supervisionar as atividades de gerenciamento de riscos e de implementação de controles internos.

## CAPÍTULO X

### Do Exercício Social, Lucros e Dividendos

**Artigo 76** O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.



**Artigo 77** O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

I - a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social;

II - a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no art. 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório;

III - o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto no art. 176, §3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no art. 134, §4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o Capital Social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do Capital Social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

**Artigo 78** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas Juros sobre o Capital Próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 79** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares e/ou Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e Juros sobre o Capital Próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 80** Revertem em favor da Companhia os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

## **CAPÍTULO XI Da Defesa Judicial**

**Artigo 81** Os Administradores, os membros do Conselho Fiscal e de Comitês Estatutários são responsáveis, nos termos da lei, pelos atos praticados e pelos danos causados no exercício de suas funções.

**Artigo 82** A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos Administradores e aos membros do Conselho Fiscal e de Comitês Estatutários, por meio de sua unidade Jurídica ou por terceiros contratados, a defesa em processos administrativos e judiciais propostos por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses Administradores e membros, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.



**Parágrafo Primeiro** A garantia prevista no *caput* deste artigo se estende aos empregados da Companhia e aos seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

**Parágrafo Segundo** Se o Administrador, o Conselheiro Fiscal, membro de Comitê Estatutário ou empregado da Companhia for condenado, com decisão transitada em julgado, por violação de lei, deste Estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas ou prejuízos a ela causados, salvo quando evidenciado que o ato foi praticado de boa-fé, com razoabilidade e visando ao interesse da COPASA MG.

**Parágrafo Terceiro** Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, 1 (um) advogado para a defesa do Administrador, do Conselheiro Fiscal, do membro de Comitê Estatutário ou empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

## CAPÍTULO XII

### Da Alienação do Controle Acionário

**Artigo 83** É vedada a alienação, direta ou indireta, por parte do Estado de Minas Gerais, do controle da Companhia, inclusive por acordo de acionistas que trate do exercício de poder de controle, salvo na hipótese prevista no art. 14, §4º, inciso II, da Constituição do Estado.

**Artigo 84** Ocorrendo a hipótese prevista no art. 14, §4º, inciso II, da Constituição do Estado ou sua alteração, a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## CAPÍTULO XIII

### Da Liquidação

**Artigo 85** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.



## **CAPÍTULO XIV** **Da Arbitragem**

**Artigo 86** A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu Regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei Federal nº 6.385/1976, na Lei Federal nº 6.404/1976, no Estatuto Social da COPASA MG, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de Abril de 2023.

---

Hamilton Amadeo  
Presidente da Assembleia

---

Kátia Roque da Silva  
Secretária da Assembleia